

Carteira de Estudante pode sair em 5 dias

GERALDO MAGELA



Os secretários Carlos Sant'Anna e Fernando Lemos receberam a comissão de estudantes

A emissão de carteiras de estudante, a partir de agora, depende apenas dos próprios estudantes. O GDF concedeu ontem um prazo de cinco dias para que as duas entidades estudantis, que brigam pelo direito de emitir as carteiras, resolvam suas pendências para que a Fundação Educacional possa credenciar a entidade que ficará responsável pela emissão.

Os estudantes fizeram, ontem, uma manifestação em frente ao Palácio do Buriti para pedir que a Fundação Educacional do DF (FEDF) reconhecesse a Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) como a entidade responsável pela emissão das carteiras.

A manifestação dos estudantes começou com problemas já que os manifestantes se posicionaram em local proibido pela Secretaria de Segurança. Para não deixar de atender aos estudantes a assessoria do Palácio do Buriti negociou com seus representantes que colocassem os participantes em ordem e em local permitido (o canteiro central do Eixo Monumental). Após o deslocamento dos estudantes, foi negociado o recebimento de uma comissão pelo secretário de Governo, Carlos Sant'Anna.

Proposta — O passe estudantil e a meia-entrada em promoções culturais e esportivas, que garantiram aos estudantes tarifas de ônibus a um terço do seu valor real e ingresso em espetáculos pela metade do preço, foram propostos e defendidos pelo governador Joaquim Roriz e endossados pela Câmara Distrital em votações recentes. A lembrança das etapas de negociação que permitiram a definição desses benefícios foi a forma utilizada pelo secretário de Governo, Carlos Sant'Anna, para criticar a manifestação realizada por alunos e representantes de entidades estudantis, na Praça do Buriti, e que reuniu cerca de 500 pessoas.

Sant'Anna ressaltou que o impasse quanto à confecção das carteiras estudantis tem origem na confusão jurídica das entidades representativas e no seu controle político-partidário, não sendo de responsabilidade do GDF optar por qualquer das facções. "Foi uma manifestação sem fundamento, em uma área proibida pela Secretaria de Segurança Públi-

ca e referente a um assunto que diz respeito, conforme a lei votada, diretamente à classe estudantil". O secretário disse que o passe e a meia-entrada são direitos garantidos a partir de iniciativa do próprio governo, que não foi interrompido, no caso do passe estudantil, devido à continuidade na venda dos vales especiais.

Outro aspecto reivindicado pelos estudantes, o da manutenção das passagens no atual patamar, foi encarado pelo secretário Carlos Sant'Anna como "mais um e

considerável apoio à postura já defendida pelo governador de não reajustar as tarifas e garantir à população um gasto com transporte adequado a sua renda".

Legalidade — Para não perpetuar o problema e evitar que os estudantes no seu todo sejam lesados, Sant'Anna definiu que cada entidade que se diz representante da categoria — União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e União Metropolitana de Estudantes Secundaris-

tas (Umesb) — encaminhará à Secretaria de Educação, até hoje, a documentação que garante seu funcionamento como órgão representativo de classe. O passo seguinte será a avaliação do caso e da documentação pela Procuradoria Geral do DF, no prazo de cinco dias, no sentido de mostrar quem está habilitado legalmente a expedir as carteiras.

Até a próxima semana, com a intervenção do governo, os estudantes saberão a quem recorrer para solicitar o documento que garante seus direitos. Caso a Procuradoria avalie que ambos estão aptos, uma mesa de negociação seria coordenada pela Secretaria de Educação, na tentativa de evitar uma batalha jurídica. No aspecto do passe estudantil, um outro e grave empecilho diz respeito à existência de duas facções dentro da Umesb, oriundas de "rachas" políticos em partidos de esquerda, o que torna mais delicado definir quem representa regionalmente a classe estudantil (a Ubes reivindica a confecção das carteiras por executar tal serviço em nível nacional). Sant'Anna classificou a manifestação como política, com discursos de rodoviários, professores e líderes partidários.

Justiça decide sobre Ubes

A briga entre as duas Ubes (União Brasileira dos Estudantes) está sendo analisada pelo GDF e, até o próximo dia 31 a Procuradoria Jurídica dará um parecer sobre qual delas têm condições legais de se responsabilizar pela emissão das carteiras estudantis. A questão entre as duas Ubes já está na justiça há quase três anos.

Uma das entidades, que ainda está fornecendo carteiras para as escolas privadas, já vinha cuidando das carteiras. A outra contestou a validade desse processo e foi a responsável pela suspensão das emissões, já que solicitou a interrupção à Fundação Educa-

cional do DF. A Fundação atendeu à solicitação por força da pendência jurídica e agora aguarda que as entidades cheguem a uma solução.

Na briga entre as duas entidades só quem sai perdendo são os estudantes já que sem autorização legal para emissão mesmo com a decisão de uma das entidades de continuar produzindo as carteiras acabará esbarrando na aceitação dos documentos pelo mercado. A única garantia que têm os estudantes é a concessão dos direitos concedidos pelo governo no setor de transportes.